

Estruturas organizacionais em cooperativas de catadores de resíduos recicláveis na cidade de São Paulo

JOÃO ALVES PACHECO

Faculdade de Tecnologia do Ipiranga – São Paulo – Brasil

j.pacheco@terra.com.br

Resumo

Esse artigo apresenta os resultados parciais de pesquisa em curso, sobre as cooperativas de catadores de resíduos recicláveis na cidade de São Paulo, a partir do macroambiente que emerge após a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A pesquisa objetiva compreender a estrutura e os principais processos de trabalho dessas organizações. Na medida do possível, além da produção do conhecimento, também se tenciona contribuir para o preenchimento de prováveis lacunas técnicas nos processos de gestão utilizados nas organizações focos dessa pesquisa.

Palavras-chave: Cooperativas. Reciclagem. Resíduos.

Abstract

This paper presents partial results of research in progress on cooperatives of pickers of recyclable waste in the city of São Paulo, from the macro-environment that emerges after the promulgation of the National Solid Waste Policy. The research aims to understand the structure and key work processes of these organizations. As far as possible, besides the production of knowledge gained from research, also intends to contribute to filling the likely technical gaps in technical management processes used in this research focuses organizations.

Keywords: Cooperatives. Recycling. Waste.

1. Introdução

O presente trabalho apresenta os “achados” iniciais de pesquisa ainda não finalizada, efetuada sob os auspícios da Agência Inova Paula Souza. Investiga o trabalho cooperado, considerando o contexto que emerge após a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Desse modo, o foco são as cooperativas de reciclagem de resíduos formadas por catadores, e o objetivo é compreender como se estrutura essa forma de trabalho, abordada como uma das alternativas na organização do trabalho no atual contexto socioeconômico. Além da produção do conhecimento advindo da pesquisa, também se tenciona contribuir, por meio da elaboração conjunta de propostas, para o preenchimento de prováveis lacunas técnicas nos processos e ferramentas de gestão das organizações pesquisadas.

2. Referencial Teórico

Uma cooperativa pode ser caracterizada como um empreendimento de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais. Geralmente isso é feito por meio de uma pessoa jurídica pertencente a todos e democraticamente gerida. Os princípios que norteiam a constituição desse tipo de empreendimento são:

- a) Adesão livre e voluntária;
- b) Gestão democrática pelos membros;
- c) Participação econômica dos membros;
- d) Autonomia e independência;
- e) Interesse pela comunidade.

Essas formas de organização surgem como alternativas às formas de emprego convencionais e fonte de renda para pessoas de um mesmo setor ou atividade. Além do interesse acadêmico em compreender as estruturas e processos organizacionais de cooperativas, entendemos que nosso objeto, as cooperativas de reciclagem formada por “catadores”, possuem características muito importantes no que tange à organização social do trabalho em uma sociedade capitalista.

Contudo, outro aspecto crucial da pesquisa é a importância que a reciclagem dos resíduos assume nas sociedades contemporâneas, resultado do problema em dar destinação correta à toneladas de resíduos gerados na produção e no consumo. Por exemplo, um cidadão brasileiro é responsável pela geração anual de 352 quilos anuais de resíduos. O que fazer com a quantidade crescente de resíduos e rejeitos em todo o mundo? Como devemos descartá-los sem produzir impactos ambientais desastrosos? É possível reutilizá-los novamente nas cadeias produtivas? Há anos essas questões têm ocupado a mente de todos os cidadãos que se preocupam com o futuro das sociedades humanas.

E há inúmeras razões para essa preocupação, pois a maneira como as sociedades contemporâneas produzem e se reproduzem tem resultado num planeta exaurido pela poluição, que cresce exponencialmente em função do descarte inapropriado de resíduos, que contaminam rios, oceanos, solos, lençóis freáticos, e o ar que respiramos, consubstanciando um ciclo progressivo e permanente, que ameaça a humanidade e a biodiversidade do planeta. E infelizmente tais constatações não são especulações, mas resultam de estudos científicos, que indicam que os danos decorrentes do descarte incorreto dos resíduos contribuem, inclusive, para o fenômeno da mudança climática.

E o cenário torna-se mais sombrio ao verificarmos a demanda crescente por consumo das economias emergentes (BRICS¹), o que resulta na necessidade de reverter ou mesmo transformar o paradigma atual. Nesse sentido, uma abordagem que considere a mudança ou transformação dos processos produtivos, de forma a minimizar o uso de insumos e reduzir a quantidade de

¹ De acordo com a webpage do 6º Fórum Acadêmico do IPEA sobre os BRICS, esse conceito foi criado em 2001 pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil no estudo intitulado “Building Better Global Economic BRICS” e na ocasião foi adotado como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais e acadêmicos. Contudo, foi em 2006 que passou a significar um agrupamento de países, inicialmente composto por Brasil, Rússia, Índia e China e com a inclusão da África do Sul em 2011, após a realização da III Cúpula, passa a ser BRICS (IPEA, 2014).

resíduos e reusá-los total ou parcialmente implica necessariamente na inovação, seja no que tange às novas tecnologias, seja em novas formas de organização.

Nesse contexto, é possível mencionar algumas experiências, como nos Estados Unidos em que em 1980 foi criado o programa ambiental *Superfund*, que dentre várias atribuições, propunha o enfrentamento do problema dos lixões e depósitos irregulares existentes no país. Este programa defende a reciclagem, relacionando os benefícios decorrentes dessa prática, tais como a da proteção e ampliação de empregos na indústria americana, além de aumentar a competitividade dos norte-americanos. Em 1972, os 16 mil municípios da Alemanha implantaram a coleta de resíduos sólidos urbanos, usando sistemas diferenciados para cumprir a lei de gerenciamento dos resíduos promulgada pelo governo federal. No que tange aos métodos usados, existem basicamente dois tipos que podem ser utilizados para o recolhimento de materiais recicláveis: (a) a coleta seletiva feita diretamente nos estabelecimentos comerciais e residências, e (b) a entrega em pontos de coleta.

Em 1991 a Alemanha promulgou a *Packaging Ordinance* – que responsabilizou a indústria pelo descarte das embalagens dos seus produtos. Essa legislação foi aperfeiçoada em 1998 e 1999, implementando novas tecnologias nos sistemas de reciclagem de embalagens. O exemplo alemão foi seguido pelos países da União Europeia, na qual também é possível destacar uma prática muito popular, o sistema de reembolso pela devolução de embalagens usadas. Na Europa também merece destaque a *Packaging Recovery Organisation Europe* (PRO Europe), fundada em 1995 e que reúne diversas empresas comprometidas com a coleta seletiva e a reciclagem de embalagens. Essa organização criou o *Green Dot* (Ponto Verde), um selo adotado por indústrias de vários países e que ao ser exibido no rótulo dos produtos, indica que houve uma contribuição de seu fabricante no financiamento de organizações de recuperação, triagem e reciclagem de embalagens. A União Europeia também possui vários dispositivos legais objetivando restringir a utilização de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrônicos, dentre eles a Diretiva 2002/95/CE. Já a Diretiva 2002/96/CE estabelece o recolhimento e a reciclagem dos equipamentos. Essa legislação prevê a criação de redes de coleta nas quais os consumidores podem devolver os seus bens usados.

No Brasil, o assunto já é abordado na Constituição Federal, que em seu artigo 225, estabelece que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (SENADO FEDERAL, 2012, p. 45) e que em seu artigo 23, inciso VI, define como atribuições comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios a de “[...] proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”(SENADO FEDERAL, 2012, p.10). Como legislações específicas, podemos mencionar Lei nº. 9.974/00, que dispõe sobre a pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; a lei nº. 9.966/00, que dispõe sobre a prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e diversas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Não obstante a existência de diversas legislações, o Projeto de Lei nº 203 que deu origem a Política Nacional de Resíduos foi proposto no Senado em 1991 e tratava exclusivamente de resíduos hospitalares. O projeto tramitou por vários anos e somente em 2006, após uma consolidação efetuada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), foi apresentado na forma de substitutivo para a Política de Resíduos, por uma nova comissão parlamentar, criada em 2005. É importante enfatizar que foi essencial para o sucesso dessa empreitada a participação dos fóruns Lixo e Cidadania e do Movimento dos Catadores e a criação de diversas organizações tais como Fórum Nacional Lixo e Cidadania, com 24 fóruns estaduais e vários municipais. Na cidade de São Paulo houve a fundação do Fórum Lixo e Cidadania Estadual e do Fórum Lixo e Cidadania Municipal, ações importantes no fomento da causa da gestão responsável de resíduos com a inclusão dos catadores.

É nesse contexto que surge em 1999 um importante movimento social, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil e cuja missão é:

Contribuir para a construção de sociedades justas e sustentáveis a partir da organização social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e suas famílias, orientados pelos princípios que norteiam sua luta (autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe, democracia direta e apoio mútuo), estejam eles em lixões a céu aberto, nas ruas ou em processo de organização (MNCR, 2012).

O MNCR surgiu em 1999 com o I Encontro Nacional de Catadores de Papel e sua fundação formal ocorreu em Brasília, em junho de 2001, quando foi realizado o I Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1700 catadores e catadoras. Em janeiro de 2003, foi realizado em Caxias do Sul (RS) o I Congresso Latino-Americano de Catadores, que buscou fortalecer o processo de organização e de cobrança de políticas. Atualmente se organiza da seguinte forma:

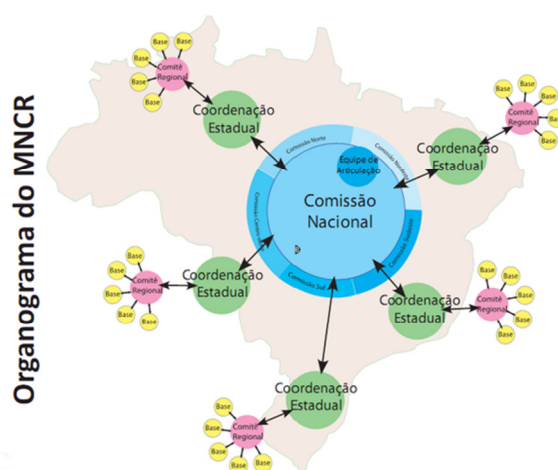


Figura 1 – Organograma do MNCR - Fonte: Sítio do MNCR, 2013

Como resultado dessa mobilização popular, é importante destacar que, além da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, 02/08/2010), houve a criação do Programa Pró Catador (Decreto nº 7.405 – 23/12/2010), a

redução do IPI para a aquisição de matéria prima reciclada (lei nº 12.375, 30/12/2010), o Programa de Coleta Seletiva em Órgãos Públicos (decreto nº 5.940 de 25/10/2006), e o Art. 57 das Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico (lei nº 11.445, 05/01/2007) que estabelece a dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores para o serviço de coleta seletiva.

Apesar desses avanços, nosso entendimento é que em função da magnitude do desafio, ainda há muito por fazer, pois de acordo com a publicação Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 20112, elaborada pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), em 2011 houve uma geração de quase 62 milhões de toneladas de resíduos no Brasil. Contudo, o que causa grande preocupação é o que mesmo estudo constatou que 42% desses resíduos foram parar em “lixões” ou em locais ambientalmente inadequados, ou seja, parcela considerável tornou-se irrecuperável. O estudo também conclui que das 183 mil toneladas descartadas diariamente, 73 mil consistem em resíduos recicláveis, que, de acordo com o estudo Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos, lançado em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), equivalem à perda de R\$ 8 bilhões por ano em matérias-primas não aproveitadas.

Desse modo, reconhecemos que a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi um passo importante nessa direção, pois estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos. Além disso, inova ao propor o conceito de responsabilidade compartilhada, que implica na responsabilização da indústria, do comércio, do poder público e dos consumidores na solução do problema. Contudo o grande desafio é o de colocar em prática esse instrumento legal. A implantação da política tem sido objeto de discussões entre corporações, universidades, associações de empresários e organizações da sociedade, catalisada por ações do Estado. A principal questão que tem sido enfrentada pelos grupos que buscam operacionalizar as determinações da legislação é a construção de propostas que compatibilizem padrões adequados de sustentabilidade e a necessidade de investimentos em tecnologias imprescindíveis para a mudança do paradigma vigente.

Cabe-nos também destacar outra iniciativa popular importante, que é do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, que em documento intitulado Agenda de Ações 2008, Política Pública de Coleta Seletiva com Inclusão dos Catadores e Catadoras, propõe um Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, que dentre seus vários itens, preconiza:

- O apoio ao crescimento e aprimoramento das cooperativas, integrando-as aos colegiados de suporte, organização, capacitação e regularização;
- Criação de estrutura física e organizacional nas cooperativas para que possam agregar valor ao seu trabalho, com investimento de recursos públicos e estímulo a parcerias e patrocínios;
- Desenvolvimento de projetos regionais de organização, aprimoramento e inclusão social dos catadores e catadoras para o funcionamento em rede;
- Estabelecimento de metas gradativas de recuperação dos recicláveis nas unidades de triagem, beneficiamento e comercialização;

² Disponível em http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm.

- Criação de colegiados regionais de suporte, organização e capacitação, envolvendo, dentre outros, o MNCR, catadores e catadoras avulsos, fóruns, ONGs, universidades, cooperativas e o poder público. Os colegiados também atuarão na análise, construção de estratégias e metas e acompanhamento.

A nosso ver, tão importante quanto os instrumentos regulatórios, é o fomento e a constituição de uma cadeia produtiva bem estruturada, ou seja, bem instrumentada do ponto de vista tecnológico e organizacional. E nossa percepção, advinda de contatos profissionais mantidos com cooperativas de catadores ou com o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do Fórum Empresarial de Apoio à Cidade de São Paulo, é da existência nessas organizações, de uma grande carência de capacitação em gestão e do estabelecimento de processos organizacionais estáveis. Nesse sentido, a pesquisa incorpora o duplo propósito de compreender essas organizações e também de contribuir, propondo processos de capacitação ou facilitando na prospecção de novas tecnologias.

3. Método

A pesquisa possui um caráter marcadamente qualitativo ou de acordo com Erickson (1989, p.196), adota um enfoque interpretativo, explicado como:

Adopto este término por tres razones: a) es más inclusivo que muchos de los otros (por ejemplo, etnografía o estudio de casos); b) evita la connotación de definir a estos enfoques como esencialmente no cuantitativos (connotación que sí lleva el término cualitativo), dado que cierto tipo de cuantificación suele emplearse en el trabajo; y c) apunta al aspecto clave de la semejanza familiar entre los distintos enfoques: el interés da la investigación se centra en el significado humano en la vida social y en su dilucidación y exposición por parte del investigador.

Erickson (1989) também afirma que o principal objetivo da investigação interpretativa é de combinar uma análise cuidadosa dos detalhes de comportamento e principalmente, dos significados da interação social cotidiana em relação ao contexto social mais amplo. No que tange ao método, pretende que este seja empírico, sem ser positivista, não deixando de ser rigoroso e sistemático ao investigar os fluídos fenômenos da interação cotidiana e suas relações, usando como meio o significado subjetivo, com o mundo social.

Nossa opção por essa abordagem se justifica por entendermos que os pressupostos que fundamentam a tradição de pesquisa das ciências da natureza não se aplicam quando o sistema de relações que se pretende investigar é intermediado por sistemas de símbolos. Assim, é essencial que para a compreensão das causas de uma ação humana se identifiquem os significados que os atores da ação lhe atribuem. Contudo, na medida do possível, têm havido um esforço no sentido em que a pesquisa também seja propositiva, objetivando contribuir para o sucesso dos empreendimentos objetos da investigação. Como instrumentos de pesquisa tem sido utilizados: a observação direta, a realização de entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos. Em relação aos sujeitos de pesquisa, ampliamos o espectro proposto inicialmente e além das lideranças dos cooperados, também foram abordados técnicos de incubação e funcionários de ONGs.

Em relação à análise dos dados, Erickson (1989) afirma que o trabalho analítico consiste em identificar linhas de influência fora do ambiente investigado, ou seja, em informações do contexto e nos comentários dos sujeitos da pesquisa. A investigação de campo contém dados empíricos de diferentes alcances e níveis de inferência. Desse modo, um dos objetivos da análise é de identificá-los, o que na sua maior parte é feito indutivamente. Outro objetivo é de estabelecer uma base de evidência para as inferências efetuadas. Isto é feito por meio da revisão dos dados, verificando reiteradamente sua validade e buscando indicadores a favor e contra. Strauss e Corbin (2008, p. 24) afirmam que se trata do “processo não-matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico”. Estes autores compreendem a análise como a interação entre o pesquisador e os dados, consistindo na aplicação de procedimentos de conceitualização, redução, categorização nos dados coletados e finalmente, de relacioná-los por meio de declarações preposicionais. Em caráter bastante preliminar, as análises empreendidas até o momento buscaram considerar os aspectos propostos por esses autores. Do projeto proposto constavam as seguintes etapas:

- a) Levantamento bibliográfico e documental;
- b) Contatos com organizações do 3º setor que atuam nessa área;
- c) Seleção das organizações;
- d) Contato inicial;
- e) Entrevistas iniciais;
- f) Mapeamento de processos e recursos (humanos, tecnológicos e organizacionais);
- g) Análise dos dados;
- h) Elaboração de propostas de intervenção;
- i) Apresentação e discussão das propostas;
- j) Revisão e Implantação (desde que aceita);
- k) Elaboração do Relatório da Pesquisa;

No que tange ao planejamento inicial, é importante destacar que em razão da complexidade do objeto, houve a necessidade de reformulações, evidenciadas no breve relato que apresentaremos a seguir acerca do estágio atual da pesquisa:

- Efetuados contatos com organizações do 3º setor que atuam nessa área, dentre elas, o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos do Instituto Ethos; a Cooperativa Vira Lata; a Cooper Glicério; a YouGreen Cooperativa e a Associação Caminho Suave. Boa parte dos contatos foram possíveis em razão da participação do pesquisador, como observador, da IV Conferência Municipal do Meio Ambiente no painel sobre resíduos sólidos (31/08/2013);
- Realizados contatos preliminares com Priscila Aline (Analista de Sustentabilidade da Cushman & Wakefield³), Roger Koepl (Idealizador e cooperado da YouGreen);

³ Empresa privada internacional que administra condomínios e complexo comerciais no Brasil e responsável pelo gestão dos serviços do Condomínio Empresarial e-Business na cidade de São Paulo. A empresa faz parte do grupo de trabalho de resíduos do Instituto Ethos e tem enviado esforços para a contratação de cooperativas.

- Efetuada visita à Cooperativa Vira Lata, na qual coletamos informações com Sra. Valeria Quaglio (integrante da Oscip - Associação Caminho Suave), Padre e Sr. Wilson Santos (lideranças da Cooperativa Vira Lata);
- Objetivando conhecer a tecnologia aplicada à reciclagem houve a participação do pesquisador na Feira RWM Brasil – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e no Seminário sobre Licenciamento Ambiental e Remediação promovido pela empresa Geoclock;
- Efetuado contato com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da GV (ITCP-GV) – aguardando definição de data para agendar entrevista com o coordenador da incubadora (Leonardo Félix);
- Participação em evento do ITCP – USP, realizando contatos com Prof. Dr. Reinaldo Pacheco da Costa, responsável pela incubadora da SP para agendar entrevista em futuro próximo;
- Efetuada a visita à operação da Cooperativa YouGreen no Condomínio e-Business e também na sede da cooperativa. Realizadas entrevistas com o Sr. Emerson, gerente do empreendimento e com o Sr. Roger Koepl, presidente da YouGreen;
- Realizada entrevista com a Marcela Bacchin Cardo, técnica da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da GV.

O relato indica que atualmente a pesquisa encontra-se nas etapas propostas nos itens (e) e (f), pois no curso das investigações emergiram outros atores, como as incubadoras populares, uma fonte preciosa para conhecer a realidade das cooperativas. No próximo item deste artigo apresentaremos uma discussão preliminar sobre o que foi constatado até agora, incluindo aspectos trazidos por um dos clientes de uma das cooperativas.

4. Resultados e Discussão

Conforme afirmamos, muito embora a pesquisa esteja em curso, já foi possível identificar algumas questões importantes acerca do macroambiente no qual as cooperativas de catadores se inserem, assim como de algumas das peculiaridades dessa atividade. Atualmente, mesmo considerando a importância que a Política Nacional de Resíduos Sólidos atribuiu para essas organizações, pode-se afirmar que mesmo o grupo de 22 cooperativas credenciado pela prefeitura da cidade de São Paulo para efetuar a triagem dos resíduos reciclados coletados na cidade, elas ainda operam de forma bastante rudimentar, no que tange aos parâmetros de desempenho exigidos para uma empresa e aos processos de separação. Uma evidência disso foi rescisão de um contrato mantido entre a Cooperativa Vira Lata e o condomínio e-Business, motivada por questões de atendimento. Importante enfatizar que atualmente os grandes geradores de resíduos na cidade não contam com a coleta pública e devem pagar para que empresas conhecidas como gerenciadoras efetuem a retirada de todos os seus resíduos. Caso as cooperativas estivessem preparadas, poderiam participar desse mercado, o que é a intenção da YouGreen, uma das organizações investigadas.

Numa avaliação preliminar, verificou-se em uma delas uma altíssima rotatividade no grupo de cooperados, configurando-se mais como uma alternativa precária e temporária de trabalho do que uma opção racional e voluntária por uma nova forma de trabalho. Na organização visitada, observou-se que a atividade

executada é uma triagem do material entregue pelos caminhões da prefeitura e que 90% dos envolvidos não são catadores na verdadeira acepção do termo, mas de operadores que efetuam a separação do material trazido por caminhões da prefeitura. A geração de renda também se mostra insuficiente para reter o pessoal envolvido, de sorte que a primeira oportunidade de trabalho formal, mesmo com renda similar é suficiente para que o “cooperado” deixe a cooperativa.

Além disso, mesmo a venda do material que resulta desse trabalho também sofre com a existência de intermediários, que exploram as limitações logísticas e reduzem o valor pago. No que tange à governança, observou-se a existência de um “núcleo duro” que mantém os mecanismos básicos de funcionamento da organização, preservando sua identidade. Entendemos que esse é um dos aspectos a ser mais explorado e para tanto, tencionamos efetuar entrevistas suplementares.

5. Considerações finais

No pequeno universo investigado, constatou-se que não obstante a existência de políticas públicas focadas nessas cooperativas e também de programas de extensão de importantes universidades públicas e privadas, por meio das incubadoras populares, ainda é muito incipiente o papel das cooperativas no desafio de coletar os resíduos recicláveis em São Paulo. Preliminarmente, o percentual de resíduos recicláveis coletados pelas cooperativas é de 2% do total gerado e a prefeitura optou por instalar centrais mecanizadas com as quais pretende alcançar 10% em 2016. Essa decisão produziu uma intensa controvérsia, pois para muitos críticos, tal iniciativa reduz ou mesmo elimina a necessidade das cooperativas. Os defensores dessa medida alegam que 50 catadores estão sendo empregados nessas centrais e que a renda mensal gerada nelas de R\$ 1,6 milhão será destinada ao Fundo Municipal de Coleta Seletiva, Logística Reversa e Inclusão de Catadores. Afirmam que os recursos permitirão novas parcerias mais cooperativas, permitindo inclusive a remuneração dos serviços dos catadores, uma das bandeiras das cooperativas.

Nosso entendimento é que a mudança coloca em xeque o modelo vigente, implicando em que as cooperativas existentes se adaptem ao novo contexto, ou seja, revejam seus processos, sua governança e até mesmo sua clientela. A fatia constituída pelos grandes geradores são atualmente um mercado cativo de grandes processadoras, que são (bem) remuneradas por isso, mas poderiam, com algum incentivo tributário, ser disputado pelas cooperativas. A Cooperativa YouGreen apostou nesse filão e vem avançando nesse sentido.

Contudo, outro aspecto observado é que as cooperativas se distinguem bastante na forma como operam e se organizam, razão pela qual entendemos que é essencial conhecermos outras organizações, a fim de contribuir para consistência de nossa pesquisa.

Referências

- ✓ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil**. São Paulo, 2011.

- ✓ CAMPOS, Antônio Carlos de. **Arranjos produtivos no estado do Paraná: o caso do município de Cianorte**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- ✓ DATAPREV. **LEI Nº 5.764 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 - Política Nacional de Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5764.htm>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.
- ✓ ERICKSON, FREDERIC. **Métodos Cualitativos de Investigación sobre la enseñanza** In: WITTROCK, M.C. *La Enseñanza: Métodos Cualitativos*. Buenos Aires, Paidós, 1989.
- ✓ FÓRUM LIXO E CIDADANIA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Agenda de Ações – 2008, Política Pública de Coleta Seletiva com Inclusão dos Catadores e Catadoras**. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/files/PolíticasPublicasColetaSeletivaInclusaodosCatadoresCatadoras.pdf>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2013.
- ✓ INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: Oportunidades e Desafios para as Empresas**. São Paulo, 2012.
- ✓ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2010.
- ✓ _____. **BRICS - 6º Fórum Acadêmico – 18 e 19 de março de 2014**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em 16 de julho de 2014.
- ✓ MONTEIRO, Celso. **HowStuffWorks - Como funcionam as cooperativas de catadores**. Publicado em 08 de novembro de 2007, Atualizado em 28 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/cooperativas-catadores3.htm>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2013.
- ✓ MOVIMENTO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2013.
- ✓ PALÁCIO DO PLANALTO. **LEI No 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 14 de janeiro de 2013.
- ✓ OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Relatório de Atividades, 1994-2001**. Brasília, Organização das Cooperativas Brasileiras, 2004.
- ✓ OLIVEIRA, Nestor Braz. **Cooperativismo: Guia Prático**. Porto Alegre, Fundação para Desenvolvimento de RH, 1984.
- ✓ SENADO FEDERAL, SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS. Constituição da República Federativa do Brasil, texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29, de março de 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_29.03.2012/CON1988.pdf> . Acesso em: 12 de janeiro de 2013.
- ✓ SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

- ✓ STRAUSS, Anselm, CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa – Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.